

MODERNIZAÇÃO E TRADICIONALISMO: IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ (RJ).

João Rua¹

O município de Quissamã localiza-se a nordeste do Estado do Rio de Janeiro, com uma área total de 660 Km², estando a sua maior parte situada na Baixada Campista.

A atividade canavieira, marca mais importante desse setor do estado, apesar de não representar uma economia propriamente decadente, comporta questões que vão desde a estagnação dos índices de produtividade (se apregôa como característica geral, mas veremos que não é bem assim) até e, sobretudo, a precariedade das condições de vida e o alto índice de desemprego sazonal, da atividade monocultora, com o agravamento das contradições sociais.

Pretendemos analisar as repercussões espaciais dos conflitos sociais e econômicos resultantes de um processo que se apresenta, de um lado, com características de modernização conservadora e do outro como uma mudança em que novos atores se superpõem aos antigos disputando-lhes o poder político e as opções sociais que emanam dessa situação.

A metodologia seguida foi baseada na investigação direta e conhecimento empírico do município, com posterior levantamento bibliográfico e documental, procurando desenvolver um diagnóstico dessa realidade para nela poder intervir.

A chamada *modernização conservadora*, no dizer de BECKER e EGLER (1993:138) traduz-se pela alta rotatividade no emprego e alta mobilidade espacial, principalmente no que se refere aos trabalhadores rurais, que trouxe como consequência um intenso deslocamento de mão-de-obra e exploração dos camponeses, associados à concentração da terra. A chamada *modernização progressista*, no dizer de CHAUI (1992:30) seria um processo em que se organizaria de modo funcional e eficaz o capital, para que, através de seu crescimento e da distribuição dos seus resultados, se desse a emancipação do ser humano. Seria uma modernização democrática que incluiria a população como consumidora, enquanto a Modernização Conservadora seria excludente e segregadora.

Ao se contrapor essas duas concepções de modernização, chama-se atenção para as diversas manifestações desse processo, não esquecendo que a idéia de *modernização progressista* deve ser entendida dentro de um movimento revolucionário de busca da autonomia, como deseja CASTORIADIS (1990: 113), quando afirma que não podem existir indivíduos autônomos a não ser em uma sociedade autônoma. Se se transfere essa discussão para Quissamã, é por que se admite que esse projeto libertador está, como preocupação, através da educação, em algumas pessoas do município. Portanto, é apenas como uma maneira de contrapor dois projetos de sociedade que, neste artigo, se emprega esta distinção. A *modernização progressista* serve apenas como contraponto à *modernização conservadora*, esta, plenamente dominante na sociedade brasileira.

O peso da estrutura tradicional.

¹Professor Assistente, Depto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

Em 1627, proprietários de engenhos no Rio de Janeiro, requereram a concessão de sesmarias, em troca de serviços prestados à coroa nas lutas de expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. As terras ficavam situadas entre o rio Macaé e o Cabo de São Tomé. Aí desenvolveu-se uma pecuária que tinha como principal objetivo, abastecer em carne e animais de tração a cultura açucareira ao redor da baía de Guanabara. Um século mais tarde foram fundadas as freguesias do Furado e de Quissamã e instalou-se o primeiro engenho de açúcar (1758), dando início a uma atividade que vai marcar a região até hoje.

Em 1877 foi inaugurado o Engenho Central de Quissamã, o primeiro da América Latina com características de cooperativa. Com isso inaugura-se, também, a chegada do capital industrial que vai desbancar o capital comercial ao transformar os diversos donos de engenhos em fornecedores de cana para o Engenho Central. Começa aí um processo contraditório que é de pujança econômica, traduzida no luxo das diversas sedes de fazenda da virada do século e primeiras décadas do século XX; por outro lado, criava-se um mecanismo de dependência técnica e creditícia dos fazendeiros com relação ao Engenho, que conduziu a um acelerado processo de concentração de terras. Hoje em dia, somando as terras diretamente pertencentes ao Engenho com as dos sócios, alcança-se um quadro de quase monopólio. São 7 373 ha (Zoneamento Agroecológico da Restinga, junho de 1995), ocupados com cana-de-açúcar, que podem ser comparados aos 2 600 ha dos 260 fornecedores, nominalmente independentes.

Se observarmos os dados do Censo Agropecuário de 1985, para o então distrito de Quissamã, podemos notar como é marcante essa concentração. O total ocupado por lavouras temporárias (principalmente cana-de-açúcar) é de 11 394 ha, que podem ser comparados aos 7 373 ha controlados diretamente pela Usina Engenho Central que é o maior contribuinte e o maior empregador do município se se contarem os trabalhadores permanentes e temporários.

Ao longo do período, que vai da crise de 29 até a década de 70, a decadência de Quissamã se acentua, ao mesmo tempo que o poder da Usina torna-se maior. Embora vinda de uma época anterior, acentua-se aí uma estrutura social bem nítida, que justifica os conflitos latentes que vão se desenrolar e cujos principais atores são os seguintes:

O usineiro, proprietário ou sócio da Usina representa o capital industrial e é o responsável pelo esmagamento de canas para o fabrico do açúcar e do álcool;

O fornecedor de cana caracteriza a posição subordinada de todos os produtores agrícolas frente ao usineiro e ao Estado. Nessa categoria estão incluídos os pequenos médios ou grandes produtores (proprietários ou não).

Pequenos lavradores, produtores de cana ou não. Aqueles que têm entre 1,5 e 3 alqueires de terra para trabalhar e que, eventualmente, vendem sua força de trabalho, mas, em geral, asseguram a reprodução de sua unidade familiar, conforme sua composição e ciclo de desenvolvimento doméstico; De acordo com entrevista com técnicos da EMATER (Quissamã, 21/09/95), seriam aqueles que estariam na faixa do módulo rural de 8 a 12 hectares, e que tirariam 1,5 a 2 salários mínimos mensais e que vivem somente desse rendimento. Há, ainda, os que ocupam áreas diminutas, geralmente inferiores a 1,5 alqueires, cuja produção não assegura a manutenção básica da família, colocando-se então como vendedores de força de trabalho para outras unidades de produção agrícola ou em outros setores da economia.

Outro importante segmento é representado pelos trabalhadores assalariados, permanentes e temporários. A noção de temporário contém, na verdade, pelo menos, dois subtipos de trabalhadores. O primeiro tipo é o assalariado “puro” que vive

exclusivamente da venda de sua força de trabalho e reside na periferia de pequenas cidades como Quissamã ou nos bairros rurais, como Machadinho, Santa Catarina etc, restringindo-nos aos exemplos do município. Um segundo tipo de trabalhador assalariado temporário é formado por pequenos proprietários, parceiros, arrendatários ou ocupantes que se empregam fora de sua unidade em determinadas épocas do ano porque não asseguram a subsistência familiar com base, apenas, na própria produção.

As estatísticas disponíveis não permitem avaliar o número exato de pessoas envolvidas em trabalhos temporários, nem indicar as diferenciações entre os assalariados temporários puros e os eventuais.

A dificuldade do uso dessas estatísticas fica evidente quando se sabe que o contingente de trabalhadores rurais temporários torna-se bastante elevado nos momentos de pico dos trabalhos de colheita, quando são contratados trabalhadores de fora do município (Conceição de Macabu, por exemplo). Sabe-se, por outro lado, que a demanda reduz-se a um terço nas épocas de entressafra, quando aparece com contornos bastante graves o problema do desemprego sazonal na agricultura do município.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1985, pode-se perceber como a posse da terra é concentrada. São 495 estabelecimentos rurais ocupando 40 022 ha. Mas 240 com menos de 10 ha de área ocupam apenas 1 119 ha, enquanto 7 estabelecimentos de mais de 1 000 ha ocupam 11 190 ha.

A elevada proporção de áreas ocupadas por estabelecimentos muito grandes relaciona-se ao fato de que as enormes propriedades se constituíram nessa região em fases remotas do processo de ocupação com base em concessões realizadas pelo governo central. Embora tenham sofrido significativo processo de fragmentação por herança, de certa forma, ficaram preservadas de maior subdivisão por falta de um mercado de terras, explicitamente, em moldes especulativos e que, atualmente ganha maior impulso, na medida em que novas formas de valorização da terra se desenvolvem.

Um outro aspecto a ser abordado para demonstrar o peso da estrutura tradicional e a estagnação do atual município, por um longo período é a evolução demográfica

De acordo com os últimos censos a população do atual município tem evoluído da seguinte maneira: em 1970 eram 9 933 habitantes dos quais 2 796 eram urbanos e viviam na atual sede municipal; em 1980 eram 9 620 habitantes dos quais 3 240 eram urbanos e viviam na atual sede municipal; em 1991 eram 10 467 habitantes dos quais 4 410 viviam na cidade de Quissamã. Percebe-se, por esses dados, uma evolução típica dos pequenos municípios do Norte-Fluminense que vivem há décadas um processo de esvaziamento populacional. Entretanto, Quissamã ainda vem apresentando um pequeno crescimento da população da sede (que, segundo informações mais recentes, não oficiais, tem crescido bastante) e uma perda líquida da população rural que caiu de 7137 habitantes em 1970, para 6 340 em 1980 e para 6057 em 1991 (IBGE, Censos Demográficos)

Assim, a estrutura herdada no município de Quissamã, baseada nas grandes unidades produtivas (agrícolas ou pastoris), apresenta sua força no presente, mostrando que o espaço é uma acumulação desigual de tempos (SANTOS,1982:6) e que “é assim que os lugares - combinações localizadas de variáveis sociais - mudam, de papel e de valor, à medida em que a história vai se fazendo” (idem:40). A velha estrutura sócio-espacial pode ainda exercer um papel, por vezes, decisivo, sobretudo nos casos em que o novo aparelho administrativo ainda não tem um controle completo sobre um grande número de agentes. Para SANTOS (1982.:54) “devemos sempre nos lembrar de que, em um período de transição, as antigas classes dominantes não estão ainda completamente desprovidas de sua força e a luta entre o novo e o antigo é uma luta de morte”

Alguns aspectos da modernização.

A longa letargia de Quissamã foi quebrada em 1975 com a criação do PROALCOOL. A grande disponibilidade de incentivos fiscais e financeiros impulsionou uma busca pela inovação e pelo desenvolvimento tecnológico, característico de sua etapa inicial.

A inovação tecnológica traduziu-se, basicamente, em melhoria das espécies, mecanização de algumas fases da produção e, principalmente, modernização industrial, com a introdução das destilarias de álcool.

Ao PROALCOOL seguiram-se outros programas/projetos, além da ação do DNOS que, ao “liberar” áreas para a lavoura, como tem ocorrido no entorno da Lagoa Feia permitiu que proprietários (grandes e pequenos) triplicassem suas extensões de terra graças à diminuição do espelho d’ água motivada pela indiscriminada abertura de canais de drenagem.

No dizer de CRUZ (1986:39) “o que conta, neste momento, é chamar a atenção para o fato de que, de maneira geral, esses recursos, não importa a quais Programas pertençam, vêm contribuindo claramente para o fortalecimento do capital agroindustrial, seja via concentração fundiária ou subordinação do pequeno produtor de cana, ou pela garantia de sua não aplicação na diversificação da agricultura e no desenvolvimento da indústria”. Além disso, pode-se acrescentar as enormes repercussões sociais desse processo de concentração, com ampliação dos níveis gerais de miséria, como bem mostra, para o município de Campos a obra organizada por PIQUET (1986).

Para BERNARDES (1995) a modernização, além de ser induzida pela ação do Estado, foi muito parcial, quando comparada com a que ocorreu em São Paulo, pois que “a mudança técnica não se introduziu através do mecanismo da competição capitalista, ou porque a forma de produzir se havia esgotado, já que existia capacidade ociosa” (pag.255). Mais adiante, a referida autora, ainda demonstrando como foi parcial a modernização técnica, afirma que “este é um lugar (o Norte Fluminense) que se lê como arcaico, mas que não pode ser compreendido em sua dinâmica contemporânea em uma leitura do arcaísmo, embora também não possa ser compreendido por uma leitura da modernização, porque é insuficiente para expressá-la”. É interessante ressaltar como, hoje em dia, convivem padrões técnicos tão diferentes numa área restrita, como é o caso de Quissamã. De acordo com a EMATER (entrevista em 14/09/95), há fazendeiros que utilizam aviões para espalhar inseticidas, usam herbicidas, buscam espécies selecionadas etc e obtêm rendimentos muito elevados. Para os técnicos, uma produtividade boa é de 60 a 70 toneladas de cana por hectare. Em algumas áreas do município, onde o solo, a umidade e as técnicas de irrigação empregadas o permitem, a produtividade chega a 90 toneladas por hectare, por mais de 20 cortes. A título de comparação, a média do município é de 45 toneladas por hectare.

No final dos anos 80, desenvolveu-se um programa de incentivo à diversificação de culturas, inicialmente com o côco. já que a cana não estava dando o mesmo retorno do início do PROALCOOL . A usina passou a pagar menos por tonelada de cana e a perda dos produtores ficou mais acentuada. Hoje a usina paga onze reais por tonelada de cana. Se no primeiro ano se gastam mil e cem reais para instalar uma cultura de cana, vai se obter um retorno de apenas setecentos reais (EMATER, entrevista), o que já coloca o produtor no prejuízo. O retorno vai vir a partir do segundo, terceiro ano de produção. Outra cultura que tem obtido sucesso é o abacaxi, que transformou Quissamã no primeiro produtor do estado. Tenta-se, a partir deste ano, trabalhar, também, com laranja, goiaba, pinha, cajú-anão. A tendência é que a cana fique apenas com os grandes

proprietários (a usina é, praticamente, auto-suficiente pois pode sustentar-se moendo a própria cana) enquanto as outras culturas devem ficar com os pequenos e médios.

Este programa de diversificação agrícola desenvolve-se a partir do Horto Municipal de Quissamã, que funciona como piloto do projeto. O incentivo da prefeitura a outras culturas é uma tentativa de sair da total dependência da lavoura canavieira, à qual a economia municipal está tão intimamente ligada. O horto fornece mudas e implementos agrícolas aos produtores interessados em entrar no programa e os resultados da aceitação já se fazem sentir, tanto na fruticultura como na horticultura.

Fator fundamental para algumas rupturas com a tradição, foi a descoberta de petróleo na bacia de Campos e a possibilidade de contar com os “royalties” fornecidos pela Petrobrás que anunciam, no final dos anos 80, a perspectiva de crescimento econômico sem a dependência exclusiva ao Engenho. Os setores urbanos, aliados a alguns produtores rurais definiram uma estratégia conjunta que levou à emancipação do município, em nome de uma proposta de identidade, até então não explicitada.

O município de Quissamã, demonstra, muito bem, a modernização, embora com suas características de conservadora, convivendo com formas fortemente marcadas pelo tradicionalismo. Esta contradição, define novas territorialidades e surge como campo de interesse dos geógrafos por que os conflitos entre os dois projetos de sociedade que se manifestam como opções para os eleitores do município, criam possibilidades novas de gestão mais democrática do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A. G.1993. *Brasil Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo*.Rio de Janeiro.Editora Bertrand do Brasil S/A.
- BERNARDES, Júlia Adão. 1995. *Mudança Técnica e Espaço: uma proposta de investigação* In: CASTRO, GOMES, CORRÊA (org.), *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand do Brasil S/A.
- CASTORIADIS, C. 1990. *Le Monde Morcelé (Les Carrefours du Labyrinthe III)* Paris, Éditions du Seuil.
- CHAUI, Marilena 1992. *Pós-modernismo, modernismo e marxismo* In: *A Criação Histórica*, Cornelius Castoriadis. Porto Alegre. Artes e Ofícios.
- CRUZ, José Luiz V. 1986. *Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos- RJ*. IN *Acumulação e Pobreza em Campos*. Rio de Janeiro, PUBLIPUR-UFRJ.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 1970, 1980, 1991. *Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 1985. *Censo Agropecuário do Rio de Janeiro*.
- PIQUET, Rosélia (org.)1986. *Acumulação e Pobreza em Campos*. Rio de Janeiro PUBLIPUR-UFRJ.
- SANTOS, Milton. 1993. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo. HUCITEC.
- _____ 1982. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo. HUCITEC